



Weberson Grizoste
Renan Albuquerque

**Estudos
Clássicos e
Humanísticos
& Amazonidades**

E82 Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades/ Organizadores Weberson Grizoste e Renan Albuquerque. - Parintins: Gráfica e Editora João XXIII; Manaus: EDUA, 2016.

219 p.; 21 cm

E-ISBN 978-85-7883-390-9

ISBN 978-85-7883-395-4

1. Literatura Clássica 2. Literatura Indígena 3. Comunicação – Aspectos sociais 4. Abordagem Interdisciplinar do Conhecimento I. Título. II. Grizoste, Weberson III. Albuquerque, Renan.

CDU 821.14'02 (8)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista **Daniele Canto Hagra**
CRB11/726

Antígona: uma visão ricoeuriana sobre o desejo de uma vida boa

FRANCISCA DE LOURDES SOUZA LOURO¹

*Destaca-se a prudência sobremodo
como a primeira condição para a felicidade.
Não se deve ofender os deuses em nada.
A desmedida empáfia nas palavras
reverte em desmedidos golpes
contra os soberbos que, já na velhice,
aprendem afinal prudência.*

Sófocles

A tragédia Antígona, entre as mais comentadas do Ocidente, encerra uma multiplicidade de conflitos: Família x Estado (Hegel); legitimidade x legalidade; primazia do laço de sangue (irmão) sobre estruturas sociais (marido) e políticas (leis da polis); Tirania (violência de Creonte) x racionalidade de Antígone e de Hémon; poder político x religião; leis dos homens x leis divinas; vida x morte gloriosa; obediência x dever religioso; leis escritas x leis não escritas; vontade do governante x opinião pública; piedade religiosa x impiedade; homens x mulheres; poder x anarquia; destino x

¹ Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Dra. em Poética e Hermenêutica. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Ufam.

história; velhos x jovens; indivíduo x Estado; transcendência – imanência. Em suma, *Antígona* nos confronta com ‘situações-limites’, com a inevitável dimensão “agonística” da existência humana, envolvendo vivos e mortos, comunidade política e o indivíduo, homem e mulher, velhos e jovens, o humano e o divino. De todos esses, centraremos nossa análise e reflexão em *Antígona*, e as respectivas éticas de que seria portadora do desejo de uma vida boa.

O matiz político não deixa de ser contemplado por Adrados, para quem Sófocles mostra o apreço que tem o tema do Estado e do tirano. Por temer que o primeiro usurpe as esferas de ação do indivíduo, da família e da religião, Sófocles a ele teria oposto a forte e rebelde personalidade da heroína, no caso a filha de Édipo. *Antígona* é como Medeia, em ambas está a força masculina que subvertem as leis da polis. São mulheres corajosas, enfrentam os inimigos do povo, num retrato potente advindo do poder feminino de outrora, de quando o mundo era mantido sob a égide do poder matriarcal.

Antígona, uma das mais conhecidas peças de Sófocles, pode ser vista sob várias perspectivas que completam os estudos propostos. Em geral, são aspectos religiosos, éticos, políticos, consideradas em todas as interpretações e abordadas, com ênfase, a psicanálise e o direito. Para este estudo, o desejo de uma vida boa que o texto nos oferece abarcará à Hermenêutica de Paul Ricoeur com a obra *O si-mesmo como outro*, que dá fundamento ético de interpretação para embasar este estudo. Este recorte, em que a perspectiva hermenêutica apresenta é uma forma de compreensão ou experiência de sentido quando o sujeito desenvolve a partir das leituras possíveis e extraídas da visão ricoeuriana. Nela, há inúmeros questionamentos para trabalhar o texto de Sófocles; será a questão da “sororidade”, da *phylia*, do ritual da sepultura que atesta o vínculo dos vivos com os mortos, ou é aí que se revela o político, precisamente, na relação de

dominação que ela própria não esgota o vínculo político. Pela perspectiva do bem-viver, envolve de alguma maneira, o sentido de justiça e isso, está implicado na própria ação do outro. Ricoeur assegura que não é proposta dialogar uma filosofia política, mas sim saber se a prática política apela para os recursos de uma moralidade concreta que só encontram seu exercício no quadro de um saber de si que o estado como tal deteria (RICOEUR, 1991, pp. 288-297)².

A apropriação ricoeuriana do pensamento aristotélico serve para fundamentar suas próprias reflexões. A Poética põe em movimento a investigação que, por sua vez, esclarece a razão de na escolha se encontrar o conceito de “tessitura da intriga” ou “compor intriga”. A teoria do *mythos*, abstraída da definição aristotélica de tragédia, constitui a qualidade de compor a intriga, o caráter, a expressão, o pensamento, o espetáculo. Em Aristóteles, há o equilíbrio da intriga: criador de intrigas/imitador da ação. A tessitura da intriga é mediadora entre acontecimento ou incidentes individuais. E a história, considerada como um todo, primeiramente, por agir extraindo a sensatez das intrigas plurais, as transforma em história organizada e inteligível em que, a tessitura da intriga, não é apenas sucessão de fatos, mas “sucessão de configuração” (RICOEUR, 1994, pp. 58-70-103).

Sintetiza Ricoeur, as diversas correntes filosóficas desde a transcendental de Husserl, combinando com a filosofia da compreensão e o conjunto de diversas técnicas modernas de interpretação em domínios específicos como a psicanálise de Freud. É adepto do ‘abraço hermenêutico’ (GOMES, 2009) em que absorve dialeticamente seus adversários anti-humanistas, produzindo sínteses que englobam os conflitos engendrados da vida humana.

² O autor se utiliza dos versos que mais chamou atenção de Hegel: “Eu não acreditava também que teu edito tivesse bastante força para dar a um ser mortal o poder de infringir os decretos divinos, que nunca foram escritos e que são inalteráveis; não é de hoje nem de ontem que eles existem; eles são eternos e ninguém sabe a qual passado remontam” (Antígona, vv., pp. 452-455).

Ao longo de seu percurso teórico, Ricoeur constrói o conceito de narrativa enquanto articulação temporal da ação e, através da narrativa, a ficcionalização da história (de como contamos o passado) e uma historização da ficção (de como escondemos a realidade no imaginário). E esta função narrativa se dá através da reinterpretação das noções de Mimese e Intriga, extraídas da *Poética* de Aristóteles (MAIA, 2008). A intriga, para ele, não deixa de ser o canal que produz a catarse³, conduzindo ao esclarecimento, a clarificação no melhor entendimento, para a purificação proporcionada na profundidade penetrante da ação. A catarse não se limita a suscitar, mas a purificar sentimento (RICOEUR, 1991).

E ainda, a formação ou modo de ser do existir humano designa um processo (tempo) ou um caminho que exige uma forma específica de saber e escolher, daí *Antígona*, de Sófocles, serve como guia de instrução *insólita da ética pelo trágico* (RICOEUR, 1991, p. 284). A sabedoria trágica e a sabedoria prática, na busca da compreensão são provas do julgamento moral, trazem seus agentes da ação a serviço da grandeza espiritual, abrem caminhos para todas as “energias arcaicas e míticas, fontes imemoriais da desgraça” (MAIA, 2008).

A tragédia de Antígona serve de ensinamento a todo leitor por apresentar no conteúdo dos conflitos “o bem e o mal”. Nestes, pode-se observar a estreiteza de vistas em que só é “bem” o que serve a cidade e, “mal” o que prejudica; só é “justo” o bom cidadão, e a justiça só rege a arte de governar e de ser governado. É nesta perspectiva de justo e de bom cidadão a perdição pela arrogância de Creonte⁴.

³ A catarse restaura a integridade ameaçada, transforma o afeto doloroso em prazer que suscita piedade e, piedade é a simpatia pelos sofrimentos, pois sofremos com o sofrimento do outro. A piedade tem em vista o homem que sofre uma desgraça sem tê-la merecido.

⁴ Em Creonte pode-se perceber a possibilidade do mal ser parte integrante da constituição humana. Isto está observado nos estudos desenvolvidos por Portocarrero, sobre a Simbólica do mal em Ricoeur, quando nos assegura que o mal entrou no mundo pelo homem. E Antígona enraíza a crença do “eu posso, eu sou capaz”.

Este é o “ser” que aprende muito tarde pela dor e sofrimento, diante da arrogante e do reinante cumprimento das leis (RICOEUR, 1991, p. 287). O mal é posto em cena na existência como ser em “acto, dimensão que não nos é acessível directamente por meio de um puro exercício de reflexão, mas apenas no interior de uma peripécia significativa”.

O contexto cultural em que a peça Antígona foi escrita e encenada pela primeira vez é na segunda metade do séc. V, a.C quando profundas mudanças e grandes eventos históricos aconteceram para os gregos e, em particular, para os atenienses.

Do ponto de vista político-militar, o século se abre com duas guerras que mobilizaram as principais polis gregas, Atenas e Esparta, para fazer frente às tentativas de expansão imperialista do poderoso exército Persa. Saídas vencedoras na primeira parte do século V; na segunda, as cidades se envolveram em uma guerra intestina e fratricida. A guerra do Peloponeso (429-404) na qual os atenienses são derrotados. Não demora muito tempo, Esparta perde sua hegemonia para Tebas e essa para o rei Filipe da Macedônia. Nesse ínterim, iniciam-se as aventuras militar de Alexandre. Surge o que pode ser considerada uma primeira experiência de globalização cultural – o Helenismo – mesmo que restrito ao sul da Europa (Macedônia e Grécia), norte da África (Egito), Oriente médio (da atual Turquia ao Irã).

Sófocles não presenciou esses últimos desdobramentos da política grega, mas conheceu o apogeu e o declínio de sua cidade - Atenas – quando teve a sensibilidade para captar as profundas mudanças culturais que se operavam no mundo grego e a genialidade, para transpô-las plasticamente com suas tragédias, diante de seus contemporâneos.

O século V, considerado o século da modernidade grega, pela

implantação e consolidação das experiências democráticas, dos conflitos e divergências de ideias sobre tradição, religião e moral, é o século do movimento sofista e da chegada da filosofia no coração do 'império' da Atenas de Péricles.

Na peça, a estrutura e os principais conflitos envolvidos colocam em cena os personagens: Antígona e Ismênia, (irmãs de Etéocles e Polinice os irmãos fraticidas); Creonte (Rei de Tebas), Hémon (filho de Creonte e namorado de Antígone), Eurídice (esposa de Creonte); Tirésias (adivinho representante da religião do estado); um guarda; um primeiro e segundo mensageiro. Enfim, temos os (15) velhos tebanos (Coro) liderados pelo Corifeu.

A maldição de Pélope sobre a descendência de Laio se cumpre e se intensifica em seu filho Édipo e em sua descendente Antígona, filha-irmã com sua mãe-esposa Jocasta. Sófocles relata o triste destino de Édipo, que, em um incidente, assassina o pai Laio e, após decifrar o enigma da esfinge, desposa a mãe Jocasta, tornando-se rei de Tebas. Sem o saber, Édipo se torna duplamente culpado por parricídio e incesto, provocando a ira dos deuses. Dessa união incestuosa de Édipo com Jocasta nascem quatro filhos: Etéocles e Polinices, Ismênia e Antígona. Édipo só descobre a dolorosa e assustadora verdade ao consultar o velho adivinho Tirésias. Jocasta, ao compreender o círculo trágico que se fecha, suicida-se. Édipo, corroído pela culpa, apesar de ignorar, a princípio, suas relações filiais com Laio e Jocasta, ao reconhecer-se como culpado, vaza os olhos e, horrorizado, impõe-se ao exílio em Tebas afundado em um mar de tormentos. Cumpre a punição que ele próprio decretara para o assassino de Laio. O que importa é a consciência diante da culpa, a dignidade de quem enfrenta a si mesmo, assumindo seus erros, para não ficar impune diante de seu maior juiz: ele próprio.

O texto tem a estrutura habitual da tragédia grega fundada na alternância de diálogos e ação entre os personagens e partes

cantadas pelo Coro. No caso de *Antígona*, tem um prólogo, cinco ou seis episódios intercalados por odes do Coro. Um êxodo que encerra a tragédia.

O Prólogo anuncia o primeiro confronto entre as duas irmãs, revelando suas características e posturas diferentes frente ao edito de Creonte que proibia a sepultura de Polinice. Ismene se submete ao poder do rei e dos homens, em geral. Antígona está disposta a transgredir a ordem mesmo que sozinha para conceder as honras fúnebres ao querido irmão. Foi ela quem acompanhou seu pai Édipo no exílio até a morte, volta para Tebas e encontra os irmãos digladiando-se pelo trono.

Antígona é para leitores de todos os tempos que reinterpretam a poderosa e sombria descrição da condição humana a partir do próprio contexto cultural e de referenciais teóricos novos, evidenciando a fecundidade inesgotável do mito. Toda arte [*tekhne*] e toda investigação [*methodos*] e igualmente toda ação [*praxis*] e toda escolha preferencial [*prohaireses*] tendem para algum bem, ao que parece. O Bem é tudo aquilo para o qual toda coisa tende (RICOEUR, 1991, p. 203).

Um breve relato da tragédia de Sófocles⁵ apresenta o mito de Antígona preso à história da casa dos descendentes dos Labdácidas, rei de Tebas. A primeira desgraça prende-se ao seu nascimento, pois ela é fruto de incesto de Édipo com a própria mãe Jocasta. A segunda consiste na pesada missão de guiar o pai, cego e banido de Tebas, por toda a vida, em sua peregrinação, amparando-o até a morte, em Colono. A terceira grande infelicidade prende-se às consequências do combate entre os dois irmãos, Etéocles e Polinices, pelo poder de Tebas, combate no qual, ambos, perecem,

⁵ Todo esforço de leitura e interpretação será usado desta edição para apresentação à profa. Maria Luísa Portocarrero, do curso de doutorado em Poética e Hermenêutica da Universidade de Coimbra, em 2010.

amaldiçoados por Édipo, que foi expulso de Tebas, após se terem descoberto os seus crimes. É no contexto deste último episódio que se desenvolve o drama que ora examinamos.

Expulso de Tebas, Édipo e seus dois filhos combinaram (promessas em palavras) exercer o poder de forma alternada, por um ano, a começar por Etéocles. Este, (descumprindo a palavra prometida; (promessa)), findo o tempo, recusa-se a entregar o trono a Polinices que, apoiado pelo reino de Argos, avança contra Tebas. Ocorre então o famoso episódio, tão explorado pela tragédia grega, referido como *Sete contra Tebas*. O contexto é, portanto, “de sombras profundas, em que dois golpes derradeiros se preparam consumando o desfecho das existências” dos infelizes e amaldiçoados Labdácidas.

A força estabilizadora inerente à faculdade de prometer sempre foi conhecida na nossa tradição. A expressão “eu prometo” (ou mais exatamente “eu te prometo”) tem o sentido específico da promessa em que se revela uma situação complexa de interlucção que contribui para o sentido completo do enunciado (RICOEUR, 1991, p. 58). Podemos encontrá-la no sistema legal romano, na inviolabilidade dos acordos e tratado (*pacta sunt servanda*); e em Abraão, o homem de Ur que na história Bíblica, revela grande inclinação para fazer pactos ao andar na vastidão do mundo, pondo à prova o poder da promessa e da aliança que fez com Deus.

Mortos, os filhos de Édipo, o trono é ocupado por Creonte irmão de Jocasta. O novo rei promulgou então um decreto pelo qual proibia que se prestassem honras fúnebres a Polinices, que foi considerado inimigo de Tebas. Todavia, Antígona, numa perspectiva ética, considera dever sagrado imposto pelos deuses e leis não escritas, dar sepultura ao morto, em especial em se tratando de parente próximo. Viola a ordem do rei, espalha sobre o corpo de Polinices uma fina camada de pó, em gesto ritual suficiente para satisfazer a obrigação religiosa. No discurso de Antígona e Creonte está a potência do

pensamento masculino na figura feminina:

Mas Zeus não foi o arauto delas para mim, nem essas leis são as ditadas entre os homens pela Justiça, companheira de morada dos deuses infernais; e não me pareceu que tuas determinações tivessem força para impor aos mortais até a obrigação de transgredir normas divinas, não escritas, inevitáveis: não é de hoje, não é de ontem, é desde os tempos mais remotos que elas vigoram, sem que ninguém possa dizer quando surgiram. E não seria por temer homem algum, nem o mais arrogante, que me arriscaria a ser punida pelos deuses por violá-las. Eu já sabia que teria de morrer (e como não?) antes até de o proclamares, mas, se me leva a morte prematuramente, digo que para mim só há vantagem nisso. Assim, cercada de infortúnios como vivo, a morte não seria então uma vantagem?. Por isso, prever o destino que me espera é uma dor sem importância. Se tivesse de consentir em que ao cadáver de um dos filhos de minha mãe fosse negada a sepultura, então eu sofreria, mas não sofro agora. Se pareço hoje insensata por agir dessa maneira, é como se eu fosse acusada de insensatez pelo maior dos insensatos.(KURY, p. 214)

Pela teimosia e pelo ato piedoso, foi condenada à morte e encerrada viva no túmulo de sua família. Enforca-se na prisão e o noivo Hémon, filho do rei, mata-se sobre seu cadáver. Eurídice, esposa de Creonte, diante da perda do filho, desesperada, suicida-se. A potência do ato de Creonte serve de mediação no outro, o outro é a jovem Antígona que viola as leis do estado, porém nessa transgressão está a forte representação: o novo, a condenar o antigo. Antígona, ouvindo a voz da consciência, ignora a questão política entre amigo e inimigo, *philos* e *ekhthros*, faz prevalecer à lei da família e desperta as forças tenebrosas da morte. Creonte, irmão de Jocasta,

ao usurpar o trono de Tebas, provoca um confronto de morte entre os irmãos Etéocles e Polinices, que trocaram golpes fatais às portas da cidade.

Sófocles compôs a personagem Antígona a partir de uma contraposição da jovem com a irmã, Ismene, de um lado e, de outro, com Creonte que corresponde ao plano ético; o de poder julgar. Ismene, embora tenha se oferecido para morrer em lugar de Antígona, apresenta-se doce, tímida, submissa e acomodada, “sou assim por natureza; não quero opor-me a todos os concidadãos”, é o oposto de Antígona: “Ele não pode impor que eu abandone os meus; mas dou satisfação àqueles que, bem sei, tenho o dever de, mais que a todos, agradecer”. Tal como declara o cântico sobre a jovem: “Evidenciase a linhagem da donzela, indômita, de pai indômito: não cede nem no momento de enfrentar a adversidade”.

Creonte, por sua vez, em sua oposição ferrenha à filha de Édipo, reforça nessa uma reação de obstinada resistência; *Cuidai, então, de que se cumpram minhas ordens*. Os opostos se completam e não é possível compreender inteiramente a situação de um sem considerar a do outro. Ambos têm alguns traços em comum, estão firmemente protegidos em suas razões e sofrem as consequências delas. Pois que força teria a figura de Antígona sem a do rei contra a qual ela se afirma: “Fui eu a autora; digo e nunca negaria.” O mesmo se diria de Creonte; “e te atreveste a desobedecer às leis?” Não fora a obstinação da jovem em sepultar Polinices seu édito teria sido cumprido.

A estreita correlação entre esses dois tipos humanos, Antígona e Creonte é tão complexa que Maria Rosa Lida levanta a hipótese de Sófocles ter desdobrado entre eles a figura trágica, razão pela qual ambos representariam duas faces do mesmo erro de conduta (LIDA, 1971), a força de fazer cumprir a lei, a dos homens e a divina. Ismene entende e concorda: “Enfim, somos mandadas por mais poderosos e só resta obedecer a essas ordens e até a outras inda mais

desoladoras.” Deste conflito de fazer valer o direito do cumprimento está o desastre total, a morte em cadeia dos jovens irmãos e dos namorados e, por tabela, uma mãe desesperada “que cerrou as pálpebras, envolta em trevas, ferindo-se com fina faca ao pé do altar, depois de lamentar a morte gloriosa de Megareu”⁶.

Em Antígona, bem e mal se confrontam, de forma inseparável, no liame entre irmã e irmão, entre tio e sobrinha, a família no centro do conflito que representa a sociedade da época, poder e vaidade de um Creonte pensar que só ele sabe governar, esquecendo que o homem é livre para escolher e para transgredir, e toda violação e interditos traz, dentro dessa perspectiva religiosa, sofrimento, tristeza e dor (BARROS, 1992). Daí se perceber que pela desobediência ao edito do rei Creonte, a vida acarretará em graves consequências, indisposição com a polis, o filho Hémon agirá contra o pai e, por extensão, a morte da mãe sucumbindo à morte do filho, por último, as exortações do Coro contra o tirano Creonte.

Outro aspecto que se pode abordar em Antígona, é a questão da coragem quando relata: “Deixa-me enfrentar, nesta loucura apenas minha, esses perigos; assim me livro de morrer envergonhada; nasci para compartilhar amor, não ódio”. Ninguém nasce corajoso, mas se nasce com a potência da coragem que surge da prática. Esse exercício de atos de coragem é partilhado nos momentos políticos da sociedade, ou com uma determinada comunidade em que os homens corajosos incutem no outro, o índice para uma vida comunitária na qual, a coragem, é a sua virtude, como se percebe no discurso de Antígona ao insuflar o povo contra Creonte: “Eles me aprovariam, todos, se o temor não lhes tolhessem a língua, mas a tirania, entre outros privilégios, dá o de fazer e o de dizer sem restrições o que se quer dizer”.

⁶ Megareu é outro filho de Eurídice e Creonte que morreu em defesa de Tebas.

O radicalismo aparente da situação que parece acentuar a superioridade do estado na figura de Creonte, entra em choque com a cultura do desejo de uma vida boa, tão ansiada e os deveres da *phylia* são aí reivindicados por Antígona. Para Alexandre Sá, a questão da felicidade é uma enargeia-aretê e de como esta se atualiza _como se torna possível neste movimento _ de uma passagem que é um ato que fica caracterizado na coragem determinada de Antígona. Diz mais, ninguém nasce corajoso, mas tornamos-nos corajosos ao praticar atos de coragem, é o que acontece com a jovem ao se rebelar contra as ordens de seu tio, o rei Creonte.

O ato que se reflete como coragem em Antígona, é um impulso que Creonte levou-a a praticar e a partilhar no momento político da sociedade. Creonte representa a lei, as normas por ele estabelecidas e que devem ser cumpridas. Antígona opõe-se ao cumprimento dessas leis, ao preferir obedecer as leis divinas e sepultar o corpo humano para que não seja devorado pelos abutres. A questão tem algum sentido, pois se pode perceber que no desenvolvimento da ação dramática, Creonte tem, nessa tragédia, sua *courbe*, sua peripécia e seu próprio reconhecimento: “Ai infeliz de mim por minhas decisões irrefletidas!”, que resulta de um auto-conhecimento uma vez que ele é a figura central da peça e Antígona seria a tragédia dele e “que tardou a distinguir o que era justo” (KITTO, 1972). O desdobramento religioso do drama é, a nosso ver, da mais alta importância e mereceu de alguns estudiosos uma atenção diferenciada.

E. Rohde, para quem Antígona obedece tanto às normas não escritas quanto aos impulsos de sua *physis*, lembra que os gregos enterravam os mortos conforme procedimentos consagrados (ROHDE, 1928)⁷. A razão dessa prática prende-se, de um lado, à

⁷ Não há acordo sobre este ponto. Maria Rosa Lida, *op. cit.* p. 36-7 lembra que, aos olhos do homem comum, o sepultamento garante que reviva, como uma semente. Kitto, *op. cit.*, p. 236-7, julga um

piedade que a ordena, de outro, à esperança de que o morto descansará no além, pois na hipótese de ficar insepulto, o seu espectro, rondando os vivos, poderia acarretar malefícios à comunidade, desconfigurando-se a vida boa para quem fica. De qualquer maneira, também ao morto, o culto era-lhe devido. Antígona, enfrentando Creonte, invoca as leis não escritas⁸, por entender que a lei divina, universal, transcende o poder de um soberano, pois existe uma lei mais antiga, natural, que diz respeito a um mínimo de dignidade que merece o ser humano, independentemente da culpa.

Creonte representa o poder estabelecido, e seus fins justificam seus meios ao punir Antígona, independente de suas razões pessoais. Razões porque a figura de Creonte surge como o Outro, como juiz de direito e mesmo sob a de perseguidor (RICOEUR, 1991, p. 222). Creonte concebe de seus deveres com respeito à cidade a seguinte assertiva já citado mais acima; só é “bem” aquilo que serve à cidade, “mal” o que prejudica: só é justo o bom cidadão, e a justiça só rege a arte de governar e de ser governado. Nesta perspectiva, a oposição amigo-inimigo é encerrada numa categoria política restrita e não sofre nem variação, nem exceção como neste discurso: “são mulheres e agora serão confinadas, como as outras [...] Além do mais, mesmo as pessoas mais corajosas tentam fugir se ameaçadas de morte”. É nessa visão empobrecida e simplificada de sua própria cidade que leva Creonte a sua perdição (RICOEUR, 1991, p. 286-87).

O fato de a tragédia ensinar é, com efeito, outro motivo que leva Ricoeur a escolher especialmente Antígona, por esta revelar questões únicas no tocante ao caráter inelutável do conflito na vida moral (RICOEUR, 1991, p. 285) e, por delinear traços de uma sabedoria

erro supor que no enterro de Polinices o bem estar de sua alma se encontra em jogo.

⁸ O tema é importante para Sófocles, e Antígona diz à Creonte; Mas Zeus não foi o arauto delas para mim, nem essas leis são ditadas entre homens pela justiça, companheira de morada dos deuses infernais.

trágica. Todavia, a finalidade do espetáculo trágico vai além da intenção didática. Outra finalidade é a catarse (*katharsis*), proposta por Aristóteles em que se desenrola como processo de purificação dos sentimentos; mesmo sem ceder a sua condição esclarecedora, lança uma claridade para a compreensão da intriga. A instrução da ética pelo trágico limita-se à confissão, em forma de atestação, do caráter intratável, não negociável desses conflitos? A tragédia é comparável, a esse respeito, às experiências-limites, geradoras de aporias, às quais não escapou nenhum de nossos precedentes.

A democracia para Ricoeur, não é um regime político sem conflitos, mas sim um lugar onde os conflitos são abertos à negociação, as discussões não são conclusivas e toda decisão pode ser revogada, na busca da “boa deliberação”, como recomenda o coro de Antígona: “A vida é curta e um erro traz outro erro”. Desafiado o destino, pois tudo é destino e, só há felicidade com sabedoria, mas a sabedoria se aprende é no infortúnio (MAIA, 2008). Ao fim da vida os orgulhosos tremem e aprendem também a humildade. No entanto, isso não se percebe em Creonte que vê a “inflexibilidade” ainda maior, identifica em si e com a extirpe do pai Édipo avalia Antígona: “Ela já se atrevera, antes, a insolências ao transgredir as leis apregoadas; hoje, pela segunda vez revela-se insolente: ufana-se do feito e mostra-se exultante! Pois homem não serei – ela será o homem!”

Eurípedes pode ser considerado o primeiro psicólogo por ser o descobridor da alma, num sentido completamente novo, o inquiridor do inquieto mundo dos sentimentos e das paixões humanas (JAEGER, 2003). Coloca em primeiro plano os sacrifícios sangrentos e os horrores da guerra, observa o senso de justiça e de injustiça, vê as atitudes justas e injustas e apresenta a concepção de sociedade como sistema de distribuição transcende dos termos de oposição (RICOEUR, 1991, p. 234).

Antígona continua a fascinar a todos porque, a despeito do quadro cultural e religioso na qual foi concebida, ainda fala de problemas ligados à condição humana em geral e, também, à nossa realidade histórico-cultural. Como lembra Maria Helena da Rocha Pereira, em vez de nos apresentar situações trágicas, como Édipo, Sófocles foca, de preferência nos caracteres. Ao apresentá-los, o poeta projeta no contexto em que a ação humana é inserida no ideal de conduta. Esse compromisso com o plano ético levou alguns autores a valorizar a observação aristotélica segundo a qual Sófocles, diferentemente de Eurípides, pintava seus heróis como deveriam ser) (PEREIRA, 2006).

A ética se manifesta para o universalismo através de alguns traços que, mesmo muito breve, pode-se apresentar, a obrigação moral também não existe sem ligações na perspectiva da “vida boa” (RICOEUR, 1991, p. 239). Em Antígona, o caráter de vida boa abordado no texto de Ricoeur, abrange especificamente, o caráter de boa vontade, ou a aretê humana. No entanto, o exagero no cumprimento das leis, tanto da pólis quanto das leis divinas gera um excesso de confiança em ambos os personagens que transgridem nos fatos cometidos, são tomados pelo ato da cegueira, que gera ousadia tornando os personagens, pessoas de natureza inflexível. Isso faz a tragédia chegar ao limite do insensato, do poder que a natureza humana acomoda em si mesma, aspecto também observado em Hécuba e Medéia. Nesta última, a ousadia e a imprudência são marcas indelévels da selvageria humana quando se vê acoitada no seu amor transgredido e, também, do descumprimento da promessa.

É corrente entre os estudiosos das tragédias gregas que elas serviram, antes de ser um entretenimento, como um estímulo a grandes discussões jurídicas, políticas, filosóficas e existenciais da sociedade grega e, porque não dizer, da humanidade. É, nesse sentido, uma das que mais longamente prestou-se às mais diversas

interpretações políticas e literárias. O filósofo Hegel, por exemplo, considerou-a, longe de ser apenas um enfrentamento entre dois teimosos de cabeça quente, como um modelo do choque existente entre os interesses do Estado representado pelo rei Creonte, frente às Leis Não Escritas, a (*dikê*), a ordem natural e os direitos familiares invocados pela princesa tebana.

O mesmo Hegel, em *Fenomenologia do espírito e das Lições sobre a estética*, assevera que Antígona ensina sobre a força trágica da ação. Ou seria (como já foi citado acima) porque o ritual da sepultura do político atesta um vínculo entre os vivos e os mortos, onde se revela o limite do político, mais precisamente o dessa relação de dominação que ela própria não esgota como se percebe no conselho do velho Tirésias que diz: “É preciso prudência filho de Meneceu, Creonte; cede à morte, não magoe um cadáver; a sabedoria é, de longe, a fonte de felicidade: não é necessário ser ímpio para com os deuses” (RICOEUR, 1991, p. 289).

Como nos apresenta Ricoeur, talvez Creonte tenha por objetivo fixar dois princípios: começar uma nova dinastia despoluída, afastada da maldição que cercava os incestuosos Lambácidas e dar uma punição exemplar aos que viesse, de alguma forma, desafiar a sua autoridade, pela desobediência ou pela rebeldia, como fez ao emparedar Antígona, ou ainda deixando Polinices insepulto. Gradativamente, por mostrar-se obcecado em afirmar-se como tirano todos dele se afastam; o filho, o mago Tirésias e, por fim, a própria esposa. Na verdade, pode-se considerar a peça como uma notável exposição sobre a solidão que a ambição do poder impôs, e o gigantesco preço que um estadista é obrigado, por vezes, a pagar por ter tomado uma decisão que ele considerava acertada.

A tragédia grega está sempre a nos ensinar, sua função primordial é a de educar o público, ao apontar para os vários pontos de vista do conflito, e permitir, a partir dos argumentos

apresentados, a formação de opiniões, por parte dos leitores. O fato de a tragédia ensinar é, com efeito, outro motivo que leva Ricoeur a escolher especialmente *Antígona*, por esta revelar questões únicas no tocante ao caráter inelutável do conflito na vida moral e, por delinear traços de uma sabedoria trágica. Todavia, a finalidade do espetáculo trágico vai além da intenção didática. Outra finalidade é a catarse (*katharsis*), que se desenrola como processo de purificação; mesmo sem abrir mão de sua condição esclarecedora, lança uma claridade para a compreensão da intriga (MAIA, 2008). Para Aristóteles, uma boa polis impera entre a integridade dos cidadãos e as leis da polis numa perfeita correspondência. Ele relativiza a justiça legal através de um segundo tipo de justiça como parte especial (HOFFE, 2008).

O grande problema moral do texto insere-se na dissimetria entre *concordância-discordância*, entre o agente da ação e aquele que a sofre, culminando na violência que provoca a moral individualista na defesa de interesses particulares, ausentes da ética do “si-mesmo como um outro” e da responsabilidade diante da alteridade do outro. Enquanto a intriga é posta como possibilidade de superação, de coesão, desenvolvendo-se uma simetria da ação pela mediação, há uma concordância-discordante, que fere a intenção ética da prudência na busca da harmonia, forjando condições para o respeito ao outro na sua alteridade. Se, como afirma Sófocles, só há felicidade com sabedoria, e esta se aprende com o infortúnio, rendemo-nos também à humildade, ao estendermos a mão para o outro, em um gesto de solidariedade de quem se percebe a si mesmo no olhar do outro, como um espelho de si.

Digno de notar é a genialidade de Sófocles e Aristóteles, no contexto da justiça, pois se apresenta ordenadora do bem em si e serve de base ao bem moral (ID., *op. cit.*). A partir desse campo conceitual, Aristóteles obtém o seu conceito central da abordagem de

teoria da ação. O que hoje significa “princípio da moral”, a última medida do agir humano consiste a partir do conceito de desejo de um fim, pura e simplesmente elevado o superior de todos os bens práticos: na (*eudaimonia*), a felicidade.

Como Aristóteles parte do conceito de desejo, a sua ética torna-se a teoria do bem, dito mais exatamente, do melhor viver, na qual conjuntamente se introduz, contudo, uma moral genuína. Essa moral é que se percebe em Antígona revestida de teimosia e faz conferir seus direitos de cidadã no mundo masculino, viciado do poder da mão de ferro dos homens, das leis impostas por impostores, como Creonte. Antígona ultrapassa o limite ao desafiar as leis do edito, e Creonte infringiu a lei divina, mas o que se pode perceber é o excessivo rigor como são tratadas as leis, Creonte está certo nas letras e errado no espírito, e Antígona está certa no espírito e errada nas letras. Mas, será a vulnerabilidade feminina que mais atrai a leitura do texto? Ou é a voz jovem que se rebela com a promulgação de novas leis na sociedade? Ou será uma nova perspectiva política que se deslumbra no horizonte?

Sobre este novo aspecto do decreto que dá sepultura a Etéocles, em que lhe assegura no além túmulo a reverência da legião dos mortos, e condena a outro às aves carniceiras, percebe-se um contra ponto, Creonte faz uma lei que garanta a um dos mortos o direito de ir ao que se pode chamar de “céu”, por justiça terrena. Neste aspecto, a soberania, para ele, ultrapassa o poder da terra, acha-se senhor da vida e da morte reinando sob o céu e a terra. Como a própria Antígona diz: “Eu não acreditava que teu edito tivesse força para dar a um ser mortal o poder de infringir os decretos divinos, que nunca foram escritos e que são inalteráveis; não é de hoje nem de ontem que eles existem: são eternos e ninguém sabe a qual passado eles remontam” (RICOEUR, 1991, p. 288).

Surgem ainda os amores desesperados: Hêmon comete suicídio

por Antígona, como também sua mãe por seu filho Hêmon. Antígona é o primeiro grito de protesto contra a onipotência dos governantes e a prepotência dos adultos. Sófocles, talvez seja o único exemplo grego de prática de conduta, ao envolver problemas políticos e morais. Ou, um grito dos filhos contra a prepotência dos pais, *leis não escritas*.

A importância e a necessidade da Democracia no cenário político vivido por Antígona e Creonte vêm à tona nas falas de Hêmon. Em uma leitura superficial do texto, tem-se a sensação de que Hêmon enfrenta seu pai, o rei Creonte, apenas para salvar a vida de sua prima e amada, Antígona; seria uma atitude meramente passional? No entanto, uma leitura mais atenta pode o leitor ter outra impressão; o cidadão consciente surge no fragmento de discurso entre Hêmon e Creonte: – Os deuses, pai implantam no homem a razão - o bem maior de todos... É meu dever notar por ti, naturalmente, tudo que os outros dizem, fazem ou censuram, pois o teu cenho inspirador de medo impede os homens simples de pronunciar palavras que firam teus ouvidos. Eu, porém, na sobra ouço murmúrio, escuto queixas da cidade por causa dessa moça... não há vergonha alguma, mesmo sendo sábio, em aprender cada vez mais, sem presunções...Se houver razões. Sou jovem? Olha mais, então, para os meus atos que para os meus poucos anos.

Sensatez é percebível nas palavras jovens cheias de sabedoria diante do pai que representa o poder. Hêmon é a “consciência julgadora da ética e da moralidade” (RICOEUR, 1991, pp. 292-293). O trágico da ação ilustrado em Antígona de Sófocles, reconduz o formalismo moral ao mais essencial da ética.

A questão marcante na atitude da filha de Édipo é fazer os devidos ritos fúnebres a seu irmão, Polinices. Tal ato desencadeia a ira do Rei Creonte, que considera o irmão de Antígona um “traidor da pátria”. O castigo de Antígona, que Creonte tenta remediar posterior-

mente, mas sem sucesso, é ser encerrada viva. Ser o corpo morto privado de seus devidos cultos e o corpo vivo condenado a uma caverna subterrânea (privando-a assim da vida com a morte antes da hora devida) é sem dúvida uma dupla profanação – que é a causadora da condenação e de todas as desgraças que recaem sobre o então rei tebano. Creonte pagou como ele mesmo diz: – Tal como, penso eu, a insânia é o mal pior. E foi.

Pode-se descrever o homem trágico de Sófocles como alguém cujo mérito não provém apenas da linha formal, mas se funda na dimensão humana, onde há interpenetração e reciprocidade da visão estética, ética e religiosa. Ao humanizar a tragédia, Sófocles imortaliza sua condição de paradigma da educação humana. Desperta a reflexão em torno dos valores éticos humanistas e nos faz lembrar, ainda hoje, da nossa responsabilidade diante do outro. Sófocles diz-nos que só há felicidade com sabedoria, e esta se aprende com o infortúnio, rendemo-nos também à humildade, ao estendermos a mão para o outro, em um gesto de solidariedade de quem se percebe a si mesmo no olhar do outro, como um espelho de si.

Este cenário trágico nos ensina a postura ética pelo sofrimento, despertando em nós a empatia diante da dor do outro. A agonia da prova humana é provocada pelo abandono dos deuses e, Ricoeur explicita sua preferência por Antígona, denotando, em consequência, sua eleição a uma instrução ética pelo trágico. Terrível é a misteriosa força do destino: percorre distâncias infinitas e atravessa muralhas para ferir àqueles a quem escolhera. Dele não escapa o rei, o bravo, o forte, o poderoso, porque vai apanhar, no céu, o raio, no mar, a tempestade, na terra a peste ou o inimigo. Mais forte do que o destino é a cegueira dos que não querem ver. O texto tem por finalidade, também, tratar dos fins do “bom” governo, e tem como função justificar a preferência por uma nova forma de Estado. As regras da deliberação e as regras dos princípios de legitimação,

tendo como termos emblemáticos à segurança, a prosperidade, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, em que se completa com a vida “boa”. No entanto, para que ocorra a realização desses valores, não se pode evitar o ato de prejudicar igualmente a outro igual. A sabedoria prática pode, nessas condições, consistir em dar a prioridade ao respeito das pessoas, em nome da solicitude que se dirige às pessoas na sua singularidade insubstituível.

Em Creonte está a representação do papel de estadista tirânico desejoso de ver a todo custo um édito seu, mesmo que isso implique no sacrifício de alguém da família real, como também é, o pai extremado procurando evitar que o filho Hémon casasse com alguém abominado pelos deuses. Sabendo que Antígona era resultado de um casamento incestuoso, ao contrair núpcias com Hémon, faria com que o futuro rebento daquela união, o neto de Creonte, fosse também atingido pela praga que cercara a todos os Labdácidas. Por isso, o rei manifestou-se com tanto ardor. Daí se dizer que não se trata só de política, mas de algo mais profundo, que partia do mundo dos instintos, o pavor de ver seu *genes* (estirpe) também poluído. Os gritos possessos de Creonte eram a voz do sangue ameaçado, não uma fala do trono.

Lesky (1970), entretanto, não acredita em um embate entre o Estado e a Família, mas que tudo deriva da maldade e mesmo crueldade de Creonte, que age como se fosse um possesso, quase se deliciando com o poder que dispõe de fazer executar a sua vontade inquestionável. É de se considerar também que ele descarregou sobre Antígona uma vingança que ele não pôde executar sobre os filhos de Édipo, que, naquela altura já estavam mortos, pois, afinal, foi a luta fratricida que fez com que Creonte perdesse um dos seus filhos, dado em sacrifício para o bem da cidade. Já o crítico Kitto (1972), por sua vez, entendeu que, entre as duas fortes personagens que a dominam, ela é a tragédia de Creonte. A filha de Édipo,

atormentada pela crescente infelicidade da sua família, talvez estivesse, ao desafiar a lei, em busca de uma morte gloriosa, solene, sacrificando-se no altar da sua raça em extinção. Na tessitura da intriga narrativa, o desejo de uma vida “boa” reflete mais em Creonte por vários aspectos como se pode observar nas ideias que a tragédia oferece, embora sendo o carrasco de si mesmo como declara: – Erros cruéis de uma alma desalmada! Ai infeliz de mim por minhas decisões irrefletidas! Tremo de medo. Sou um miserável – coitado de mim – abismado em misérias horrorosas!

Sófocles ensina-nos que há uma ordem cósmica, na qual se deve inserir a ordem social e política. Em sua tragédia, a ordem do mundo seguramente é divina, e o homem a integra como parte. O sentido do trágico está em sua condição de agente livre. Porque pode escolher, pode o homem também transgredir. Toda violação a interditos traz, dentro dessa perspectiva religiosa, tristeza e dor e como diz Tirésias: [...] que o bom conselho é a riqueza mais preciosa. Considerando as leis da polis, portanto as leis positivas, relativamente às leis não escritas, Romilly insiste na amplitude dessas últimas, quer se lhes desse uma origem divina, como ocorreu nas origens, quer se as entendesse como produto da convenção entre os homens. Mas ela também informa que, no tempo de Sófocles, alguns autores dão a essas leis conteúdo mais moral do que religioso. Os gregos reconheciam algumas práticas como deveres que ultrapassavam as fronteiras da polis. Assim, poupar prisioneiros e suplicantes, ser fiel ao juramento, respeitar hóspedes e, também, enterrar os mortos fazia parte do desejo de uma vida boa, e Creonte não dava pouca importância ao caso: impõe aos transgressores a pena de apedrejamento até a morte perante o povo. Ismene é a voz que reflete a condição feminina da época: – E não esqueçamos de que somos mulheres e, por conseguinte, não podemos enfrentar, só nós os homens. Enfim somos mandadas por mais poderosos e só resta obedecer a essas ordens e até a outras mais dolorosas. Peça

indulgência aos nossos mortos enterrados mas obedeço, constrangida, aos governantes; ter pretensões ao impossível é loucura.

A galeria feminina excede neste texto; Antígona, Ismênia, Eurídice e a Ama, em que se percebe, por este ponto que Eurípides quis dar destaque especial à figura feminina de seu tempo. O que destaca, com isso, é a polêmica operada através do mythos que nos ofereceu a origem tenebrosa de uma família que perece um a um, e por último, fica-se com a incerteza do que é o “bem”, o que é a ética. Obedece-se à lei do estado? Ou obedece-se à lei divina?

Antígona é toda apoiada no mito e, sua característica principal, é a catástrofe de que padeceu Édipo e seus consanguíneo, primeiro pela maldição de um pai choroso e, depois Creonte, o rei que trouxe nas mãos o testemunho não de alheia insânia, mas de erros que ele mesmo cometeu. Erros cruéis de uma alma desalmada, quando agiu de modo que a máxima de sua vontade valeu como princípio de uma legislação universal.

Embora Antígona seja um exemplar texto que abarca a comunicação humana, faltou nos personagens a dita comunicação. Em todos os aspectos, ela é o paradigma de que podemos cair no excesso pela falta de sensatez e de bom senso, uma vez que a obrigação moral não existe sem ligações na perspectiva da vida-bom, pois sob este aspecto reina o respeito de si, que corresponde no plano moral à estima de si no plano ético e que só alcançará sua plena significação, quando o respeito da norma tiver se expandido com respeito a outrem e ao si-mesmo como o outro.

O respeito de si é a estima de si sob o regime da lei moral⁹. Em ambos faltou empenho e sabedoria. Em Creonte porque só vê o bem

⁹ Sobre este aspecto do agir Ricoeur cita a fórmula de Kant: “Age de modo que trates a humanidade, tanto na tua pessoa quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como um fim e nunca simplesmente como um meio”.

em quem serve à cidade e, em Antígona, porque as leis da cidade não foram por Zeus promulgadas, assim sendo, são leis descoroadas de sua auréola sagrada.

Referências

ARENDDT, Hanna. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. *Antropos*, p. 296; 2001.

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Antígona - o Crime Santo, a Piedade Ímpia*. Fac. de Educação da Univ. de São Paulo, 1992.

GOMES, Marcelo Bolshaw. Na tessitura da intriga: A narrativa como arte de enredar pessoas, coisas e idéias. *História, imagens e narrativas*. nº 9, outubro/2009. ISSN: 1808-9895.

HOFFE, Otfried. Introdução Aristóteles. Trad. Roberto Hefmeister Pich. São Paulo. *Artmed*, 203; 2008.

JAEGGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

KURY, Mário da Gama. *A trilogia tebana. Sófocles*. Jorge Zarhar Editor. Rio de Janeiro, 1996.

KITTO, H. D. F. *A tragédia Grega*. Coimbra: Arménio Amado- Editor, Suc. 360; 363; 1972.

LESKY, Albin. *La tragedia griega*, Barcelona, 1970.

LIDA, Maria Rosa. *Introduccion al teatro de Sofocles*. B. Aires: Editorial Paides, 1971, 2a. ed.

MAIA, T. Lisieux. *Antígona: O trágico da ação e o aprendizado de si*. Pensar, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 148-157, jan./jun. 2008.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Estudos de História da Cultura Clássica. Lisboa: C. Gulbenkian, pt. – Cultura Grega, Coimbra 300;2006

PORTOCARRERO, Maria Luísa. Problemas da Hermenêutica prática. Revista Filosófica de Coimbra, n.º 8 (1995).

PORTOCARRERO, Maria Luísa. Corporeidade, queda e confissão. Horizontes da hermenêutica em Paul Ricoeur. Coleção Sophya, 001. Editora Ariadne: Coimbra, 30:2005.

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como outro. Trad. Lucy Moreira Cesar. Editora Papirus: São Paulo-Campinas, 227;1991.

ROHDE, Erwin. Psyché. Payot, 1928.

SILVA, Maria de Fátima Sousa. Ensaio sobre Eurípedes. Ed. Cotovia, Ltda., Lisboa, 2005, p. 50.



Do rigor das luzes, o fim dessas poucas nuvens,
partiu, mas creu? O navio de Teseu...